



Nota Informativa Nº 004 CIEVS/GEDIM/DIVE/SUV/SES

Assunto: Orientações sobre a vacina como estratégia para controle da pandemia de COVID-19.

As vacinas são aliadas da humanidade no combate às doenças infectocontagiosas desde o século XVIII. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), elas respondem pela prevenção de 2 a 3 milhões de mortes anualmente. No caso das vacinas aprovadas no Brasil para a imunização contra o SARS-CoV-2, a segurança e eficácia atingiram os níveis estabelecidos pela OMS.

Vacinas disponíveis no Brasil

Atualmente, estão sendo utilizadas no Brasil duas vacinas:

Fiocruz/AstraZeneca: contém partículas virais do vetor adenovírus recombinante de chimpanzé, deficiente para replicação (ChAdOx1), ou seja, não é capaz de causar doença e que expressa a glicoproteína SARS-CoV-2 Spike (S). Eficácia geral: 70,42%.

Butantan/Sinovac: vacina de vírus inteiro inativado, portanto não é capaz de causar a doença. É composta pelo antígeno do vírus inativado SARS-CoV-2. Eficácia geral: 50,39%.

Benefício esperado

É considerado imunizado para a COVID-19, o indivíduo que recebeu as duas (2) doses da vacina do fabricante Fiocruz/AstraZeneca (intervalo de 12 semanas) ou da Butantan/Sinovac (intervalo de 28 dias). Após um período de 2 a 4 semanas do recebimento da segunda dose, a pessoa passa a produzir os anticorpos contra a doença.

A vacinação contra a COVID-9 tem como objetivo principal evitar internações e óbitos pela doença, principalmente, entre os grupos de maior risco para agravamento. As vacinas são eficazes na prevenção da doença, a COVID-19, especialmente, contra a forma grave e evolução para óbito. No entanto, estar vacinado não é uma garantia de não ser infectado e não poder transmitir o vírus para as pessoas ao redor.

Ainda não temos conhecimento suficiente para afirmar se as vacinas serão eficazes contra as variantes do vírus. Da mesma forma, o tempo de permanência da imunidade (o tempo que as vacinas podem proteger as pessoas) ainda está sob estudo.

Cuidados após imunização

Considerando o atual cenário de transmissão comunitária em todo país e das interrogações acima descritas, ainda não é possível orientar o retorno às atividades regulares em indivíduos devidamente vacinados.

Somente após a vacinação de parcela expressiva da população e controle efetivo da pandemia, será possível considerar o relaxamento de medidas de proteção individual, especialmente, para os indivíduos pertencentes aos grupos de maior risco.

Portanto, é imprescindível a manutenção das medidas não farmacológicas na prevenção da infecção pelo vírus da COVID-19, bem como o distanciamento social, a higienização das mãos, o uso de máscaras e a utilização da etiqueta respiratória.

Orientações para utilização de testes após a vacinação

O indivíduo que recebeu a vacina contra a COVID-19 e apresentou quadro posterior de Síndrome Gripal (SG) ou Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) deve realizar o teste de RT-qPCR ou teste para pesquisa de antígeno.

Os testes imunológicos não são recomendados para diagnóstico de COVID-19 em indivíduos vacinados, pois, até o momento, não há evidência científica de que a ausência ou a presença de anticorpos após a vacinação seja considerada uma eficácia clínica das vacinas.

A detecção de anticorpos por qualquer método imunológico significa contato anterior com o vírus e as sorologias não permitem diferenciar se o contato foi devido a infecção natural ou vacinação. Até este momento, não existe recomendação de avaliação de resposta vacinal por testes sorológicos específicos (anticorpos neutralizantes).

Florianópolis, 27 de abril de 2021.

Gerência de Doenças Infecciosas Agudas Imunização

GEDIM/DIVE/SUV/SES/SC

Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde

CIEVS/DIVE/SUV/SES/SC

Diretoria de Vigilância Epidemiológica

DIVE/SUV/SES/SC